
SER Social

CRISE AMBIENTAL E LUTAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 26, nº 52, janeiro a junho de 2023

Ameaça climática, cobiça capitalista e política social

Climate threat, capitalist greed and social policy
Amenaza climática, codicia capitalista y política social

Entrevistado: Ian Gough¹

<https://orcid.org/0000-0002-0597-3106>

Entrevistadora: Potyara Amazoneida Pereira Pereira²

<https://orcid.org/0000-0003-4823-5119>

Potyara Pereira: Como economista de orientação marxista, o que o levou, desde os anos de 1970, a se interessar pelo estudo da política social e por analisá-la à luz da economia política crítica e da economia política liberal clássica e neoclássica, então dominante?

Ian Gough: Fui educado como economista na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, no início dos anos de 1960, mas o currículo amplo e crítico era mais parecido com o que seria chamado

1 É formado em Economia Política na Universidade de Cambridge (Reino Unido). Foi professor de Política Social na Universidade de Manchester (Reino Unido), onde, por 31 anos, desenvolveu estudos críticos sobre a relação contraditória entre o bem-estar humano e a intervenção política do Estado. É Professor Emérito da Universidade de Bath (Reino Unido) e, atualmente, atua como Professor Visitante do Centro para Análise da Exclusão Social (CASE) e como Associado no Instituto de Pesquisa Grantham sobre Mudança Climática e Meio Ambiente (GRI), ambos da London School of Economics and Political Science (Reino Unido).

2 Graduada em Serviço Social e Direito, Mestra e Doutora em Sociologia, com Pós-Doutorado em Política Social na Universidade de Manchester (Reino Unido), sob a orientação do Professor Ian Gough. Atualmente, é Professora Emérita da Universidade de Brasília (UnB). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1885747732373667>>.

de economia política. Assim, logo me tornei crítico da economia neoclássica e dos pressupostos subjacentes à economia do bem-estar. Fui atraído pelo marxismo como uma alternativa radical. Então, na década de 1960, alguns de nós formamos um grupo de leitura, na Universidade de Manchester, que leu todos os três volumes de “*O Capital*”, de Karl Marx. Foi uma experiência intelectual transformadora. Ao mesmo tempo, eu estava interessado em economia social e, naquela época, eu lecionava em um “*department of social administration*” [departamento de administração social, como, então, era denominada a política social]. No início dos anos de 1970, a aplicação do marxismo às questões de política social começava a tomar forma no Reino Unido, com a formação da Conferência de Economistas Socialistas e, posteriormente, da Política Social Crítica. Outras inspirações para mim foram James O’Connor, Sam Bowles e outros que me receberam, nos Estados Unidos, em várias visitas. Enquanto isso, a crise da economia britânica aprofundava-se e espalhavam-se as críticas de direita e de esquerda ao Estado de bem-estar social. Esse foi o contexto no qual “*The Political Economy of the Welfare State*” [“A Economia Política do Estado de Bem-Estar”] foi escrito.

Potyara Pereira: Que estranheza seu livro, intitulado: “*The Political Economy of the Welfare State*”, de 1979, produziu nos meios intelectuais e políticos do chamado Primeiro Mundo e na concepção, então predominante, de política social no capitalismo?

Ian Gough: Acho que ele influenciou de duas maneiras. Primeiro, deixei claro que o “Estado de bem-estar social”, nas sociedades capitalistas, era uma instituição contraditória: ela tanto exercia o controle social no interesse da classe dominante, quanto fornecia, para a classe trabalhadora, importantes elementos de segurança, por meio de um “salário social”. O equilíbrio entre essas tendências foi o resultado da luta de classes em diversos contextos nacionais e internacionais. A segunda parte do livro mostrou o estudo sobre o impacto reverso dos gastos crescentes com bem-estar sobre a acumulação capitalista e sobre o crescimento econômico, muito discutido na época e desde então. Mais uma vez, a minha resposta foi matizada. Dependia de quem fornecia os serviços e de sua generosidade e de quem pagava os impostos. O Estado de bem-estar social prestou amplos serviços para reproduzir a população trabalhadora, ecos da análise feminista do trabalho doméstico, mas a tributação pesada pode minar os lucros.

Entretanto, logo após o [lançamento do] livro, Margaret Thatcher venceu as eleições gerais de 1979 [na Grã-Bretanha] e a contrarrevolução neoliberal de Ronald Reagan e Margaret Thatcher começou... Entramos em um longo período em que os impostos corporativos e de alta renda foram diminuídos e os serviços públicos foram reduzidos em relação às necessidades crescentes, sendo financiados e terceirizados para provedores privados em expansão. A globalização e as políticas trabalhistas reacionárias prejudicaram o movimento trabalhista e sindical em muitos países. Não acho que isso tenha prejudicado a minha análise, como sugerem atualmente as reações da elite à austeridade, mas isso transformou os contextos nos quais a minha análise foi desenvolvida.

Potyara Pereira: Por que – como você aponta em seus escritos – a questão ambiental não foi e ainda não é, em geral, objeto de interesse dos estudiosos da política social, mesmo daqueles orientados pelo paradigma marxista?

Ian Gough: Boa pergunta! Acho que é porque a política social tinha como premissa o crescimento econômico contínuo para suprir as receitas fiscais crescentes. Isso foi necessário, em primeiro lugar, devido ao “efeito Baumol”, segundo o qual a produtividade nos serviços aumenta mais lentamente do que na manufatura; em segundo lugar, devido ao aumento das necessidades reais, com a mudança demográfica e social; e, em terceiro lugar, para permitir tudo isso, sem redistribuição e “ataques” aos ricos. Portanto, a política social interpretou a “sustentabilidade” apenas em termos fiscais e demográficos. A análise marxista, por muito tempo, não esteve isenta dessa perspectiva: a acumulação contínua de capital era uma condição *sine qua non*. Como campo de estudo e na prática, a política social foi a última a abordar as ameaças ecológicas.

Potyara Pereira: O que, nos últimos anos, atraiu o seu forte interesse pelas alterações climáticas e o levou a ligar organicamente esse tema às suas antigas reflexões científicas sobre as necessidades humanas e o bem-estar social?

Ian Gough: Estudar as necessidades humanas, filosófica e normativamente, alertou-me para questões de sustentabilidade ambiental. Em “*A Theory of Human Need*” [“Uma Teoria da Necessidade Humana”], escrito em parceria com Len Doyal, um colega filósofo, argumentamos que as necessidades humanas básicas – participação, saúde e autonomia – eram objetivas e universais no espaço e no tempo. (Enquanto, é

claro, os fatores que satisfazem tais necessidades sempre permaneceriam variáveis e contextuais). Em termos normativos, argumentamos que o objetivo deve ser a satisfação ótima das necessidades humanas, mas que as restrições ecológicas podem exigir, permanentemente, um “ótimo restrito”, especialmente para as gerações futuras. No entanto, não fomos além disso. Em nível pessoal, Anna Coote convenceu-me da centralidade da crise ecológica iminente e de sua relevância para o bem-estar e para a desigualdade. Ela trabalhou na New Economics Foundation, cujo princípio orientador era “economia como se as pessoas e o planeta importassem”. Percebi que isso trazia profundas implicações para a política social na prática e como campo de estudo.

Potyara Pereira: Em relação às contundentes ameaças sociais globais das mudanças climáticas à vida humana na Terra, quais dos aspectos que você problematizou são oferecidos como contribuição para a literatura atual sobre o assunto? Que tipo de análise você desenvolve com o objetivo de superar as limitações teóricas, metodológicas e políticas ainda presentes? Quais categorias-chave você introduz?

Ian Gough: Meu objetivo sempre foi relacionar a ameaça da mudança climática ao bem-estar humano. A teoria da necessidade, que mencionei, forneceu uma estrutura normativa valiosa, que pode ser operacionalizada em termos de satisfação de necessidades. A atualização sobre a natureza da ameaça climática ao bem-estar exigiu mais trabalho. O fenômeno das crises ecológicas é, claramente, o resultado do impulso incessante à acumulação do capital, conforme mencionamos. O capitalismo também explica o grande desequilíbrio entre as nações e as classes responsáveis pelo aquecimento global em oposição à sua vulnerabilidade a essas ameaças – a dupla injustiça. Naquela época, a solução dominante defendida pelos economistas, que era a ciência social hegemônica, consistia, simplesmente, na precificação do carbono, o que representava uma tripla injustiça para os pobres e os marginalizados do mundo.

Meu livro *“Heat, Greed and Human Need”* [“Calor, Cobiça e Necessidade Humana”] apresenta quatro principais inovações teóricas e metodológicas. Em primeiro lugar, ele expõe as consequências sociais da descarbonização da economia, com base na narrativa do crescimento verde. Em segundo lugar, ele propõe a “recomposição do consumo” no mundo rico como forma de reduzir os perigos do excesso climático, assim como as desigualdades nas emissões baseadas em consumo. Em terceiro lugar, ele interpreta isso como ponto de passagem para uma

sociedade pós-crescimento: “um tipo de economia muito diferente da economia de hoje: uma economia cuja ênfase está na reprodução e não na produção, no investimento e não no consumo, em mais tempo discricionário e não em mais mercadorias, em mais e não em menos, em igualdade e redistribuição”. Em quarto lugar, tentei esboçar, em cada estágio do argumento, como seria um conjunto apropriado de políticas ecossociais.

Potyara Pereira: No atual contexto capitalista dominado pela ganância, pelas corporações empresariais e financeiras, pela competição imperialista entre as nações e pela ausência de um órgão regulador suprapartidário legitimado por todos, a questão é: como a formulação e a prática de políticas ecossociais podem combinar meios de subsistência sustentáveis ao bem-estar humano?

Ian Gough: Eu desenvolvi certas respostas para isso em publicações desde a edição do meu livro. A resposta à sua pergunta pode ser dividida em duas etapas ou cenários. Nenhum dos dois tem muito a dizer sobre políticas ecossociais globais ou sobre prioridades políticas em países de baixa renda – acho que seria presunçoso fazê-lo. Mas acho que eles têm relevância para o Norte global e para países de renda média, como o Brasil.

O primeiro cenário consiste em unir as políticas do *Green New Deal* [Novo Acordo Verde] para descarbonizar as economias com uma garantia social, a fim de atender às necessidades essenciais da vida das pessoas e dos fatores que as satisfazem. Um verdadeiro *Green New Deal* procura promover sinergias entre os programas de descarbonização e um melhor bem-estar, em termos de saúde e autonomia. O projeto *Social Guarantee* [www.socialguarantee.org] propõe, além de bons salários e esquemas de renda mínima, um programa de serviços básicos universais. Tais serviços forneceriam valores de uso diretamente por meio do provisionamento público e coletivo, em vez dos esquemas de renda básica universal que propõem um dividendo em dinheiro sem alterar o provisionamento de itens essenciais. A pesquisa mostra que um programa de serviços básicos universais forneceria meios de subsistência seguros e com mais igualdade, juntamente com a descarbonização e o apoio ao *Green New Deal*. É um cenário que exigiria um afastamento radical do capitalismo neoliberal e da financeirização destrutiva dos serviços de bem-estar, mas permaneceria viável dentro de uma economia capitalista reestruturada.

No entanto, ele seria totalmente incapaz de alcançar a escala verdadeiramente transformadora de descarbonização necessária para atingir o zero líquido até 2050, conforme o acordado na COP de Glasgow, no ano passado, muito menos a meta de zero absoluto até 2035, que muitos cientistas climáticos agora concordam ser necessário para preservar um clima e um planeta seguros. Isso exigiria um repensar muito mais radical: uma “economia de suficiência” no Norte global com limites ou tetos de renda e consumo. Um teto que precisaria ser reduzido ao longo do tempo, conforme defendido pelo movimento do “corredor de consumo”. Nem o trabalho e nem a produção estariam isentos. O trabalho essencial já foi identificado durante a pandemia de Covid – um começo –, mas, além disso, precisaríamos identificar e reduzir o trabalho improdutivo ou o excesso de produção no topo. Os setores financeiro e imobiliário, a produção de bens de luxo e o transporte de alto carbono são exemplos disso. Uma combinação entre a provisão comunal [na base] e a redução do excesso de consumo e de produção [no topo] implica uma política social verdadeiramente transformadora. Significaria expandir a ideia e a prática da política social para além das transferências de renda, ainda que cruciais, e para além dos serviços de saúde e de educação para os outros elementos essenciais da vida, tais como alimentação, moradia, cuidado e informação.

Potyara Pereira: Por fim, quais estratégias, movimentos sinérgicos e lutas sociais voltados para o enfrentamento da emergência climática estão em prática? E qual é o seu poder de pressão?

Ian Gough: Eu gostaria de saber a resposta para isso! O movimento ambiental, o movimento verde, está crescendo, mas ele abrange estratégias e táticas tão diversas que dificilmente pode-se falar em um único movimento. Tais estratégias e táticas vão desde salvar a vida e os habitats selvagens, até reciclar e reparar; desde interromper a extração de petróleo, até interromper viagens e o consumo de alto carbono; desde experimentos comunitários em habitação e abastecimento local, até campanhas para cancelar dívidas de países em desenvolvimento, além de outras centenas delas. Embora eu veja o capitalismo e a geopolítica de seu protetor dominante [EUA] como impulsionadores subjacentes, devemos adotar uma política de transição agora, antes que seja tarde demais. O sistema capitalista global não desaparecerá antes de 2050, muito menos até 2035. Portanto, devemos conceber estratégias que possam começar dentro desse invólucro, mas minar suas premissas

de dentro para fora. Os sindicatos podem ajudar, redirecionando seus esforços para garantir ganhos ecossociais. Além disso, os movimentos sociais e ambientais independentes precisam colaborar de forma mais eficaz para garantir uma transição justa.

Kim Stanley Robinson, em seu notável romance “*The Ministry for the Future*” [“O Ministério do Futuro”], prevê uma terrível catástrofe na Índia, que dá início a uma verdadeira conscientização global sobre a emergência climática e sobre uma colaboração global mais significativa. Curiosamente, o romance enfatiza o papel da ação violenta, tal como impedir ou destruir oleodutos, além das iniciativas de banqueiros globais para estabelecer um novo sistema monetário sustentável. Estou convencido de que, para realizar as mudanças drásticas necessárias para uma transformação real, será necessário realizar ações em todos os níveis – desde grupos indígenas até altas finanças globais, com todos os grupos e as lutas pertinentes.